



IDENTIFICAÇÃO DOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Denízia Maria Diniz Rondel
Lidiane Hott de Fúcio Borges**

Curso: Pedagogia 8º período. Área de Pesquisa: Educação

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar a identificação e a operacionalização dos campos de experiências estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, com foco na articulação entre teoria e prática pedagógica, para a promoção de uma educação íntegra e de qualidade. Como método, realizou-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa apoiada por documentos oficiais e em autores especializados na temática. Os resultados indicaram que a BNCC representa um avanço significativo na concepção da Educação Infantil, ao propor uma organização curricular pautada nos cinco Campos de Experiência, que privilegiam o desenvolvimento das crianças por meio de interações e brincadeiras. A análise demonstrou que os campos contribuem para o fortalecimento das práticas pedagógicas, promovendo o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos. Concluiu-se que a BNCC, ao estabelecer esses referenciais, valoriza a infância como uma fase singular e fundamental para a formação humana, orientando aos educadores a planejarem experiências significativas e contextualizadas.

Palavras-chave: BNCC. Campos de Experiência. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

A legislação educacional brasileira, desde a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), valoriza e promove a ideia de que o currículo de creches e pré-escolas deve ser entendido como “um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico” (BRASIL, 2009, p.06).

Esta organização curricular ao focar nas experiências infantis, exige formas flexíveis de planejar e implementar a prática pedagógica em pré-escolas e creches. Isto porque, ela se baseia em vivências e conhecimentos anteriores dos pequenos, sendo aberta e permite que as linguagens com as quais as crianças interagem no dia a dia sejam adaptadas para colaborar com seu desenvolvimento integral. As DCNEIs (2009), também ressaltam a importância de trabalhar com crianças por meio de interações e

brincadeiras, o que deve nortear a política curricular, levando em conta as vivências das próprias crianças e seu contexto de vida nas instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2009).

Recentemente, as discussões acerca da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, lançada em 2017, deram início a um vasto processo de aplicação desta política no ambiente educacional infantil em todo o Brasil. Deve-se levar em conta, que as autoridades responsáveis pela educação no país, em consenso com especialistas da área, decidiram que a política curricular para creches e pré-escolas terá uma estrutura organizacional própria, bem diferente de outras fases da Educação Básica. Assim, tal política se baseará em Campos de Experiências (BRASIL, 2017).

Dentro deste contexto de mudança a BNCC, um documento de caráter normativo que "define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica", assegura a todos os alunos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p.7).

A partir da BNCC, o aprendizado na educação infantil não é mais abordado a partir da compreensão do conteúdo das grades curriculares. Os campos de experiência da BNCC têm o propósito de, entre outras coisas, priorizar o desenvolvimento infantil como um todo, e não apenas um aprendizado fragmentado em disciplinas e/ou conteúdos. Evidencia-se que a BNCC indica, para a educação infantil, as experiências fundamentais para que as crianças de 0 a 5 anos aprendam e se desenvolvam por meio de campos de experiências que enfatizam noções, habilidades, valores e afeto (BRASIL, 2017).

Apesar da clareza das diretrizes propostas pela BNCC, observa-se uma série de desafios na identificação e implementação efetiva dos campos de experiências na Educação Infantil. Dentre as questões que emergem, destaca-se: como devem ser desenvolvidas as práticas da educação infantil, tendo por base os campos de experiência? Quais as competências para cada idade? Como os objetivos propostos pela BNCC devem ser trabalhados em sala de aula? Esta problemática evidencia a necessidade de investigar como os referenciais teóricos se convertem em práticas e quais ajustes podem ser necessários para que os objetivos da BNCC sejam plenamente alcançados.

Considerando o cenário apresentado e o aumento do interesse dos educadores acerca da temática, este artigo tem como objetivo geral analisar a identificação e a operacionalização dos campos de experiências estabelecidos pela BNCC na Educação Infantil, com foco na articulação entre teoria e prática pedagógica. E tem como específicos, revisar a literatura e os documentos oficiais que fundamentam a Base Nacional Comum Curricular e os campos de experiências na Educação Infantil; investigar como os campos de experiências são interpretados e implementados nas instituições de ensino e identificar os desafios e potencialidades na aplicação dos campos de experiências na prática pedagógica.

A pesquisa justifica-se tendo em vista, a importância da BNCC na reestruturação do currículo da Educação Infantil. Compreender os campos de experiências e suas aplicações práticas coopera para a melhoria das práticas pedagógicas, proporcionando subsídios para a formação de professores e para o desenvolvimento de metodologias que atendam às demandas contemporâneas da educação.

Além disso, a análise crítica destes campos pode contribuir para políticas educacionais que visem uma educação mais inclusiva, equitativa e voltada para o

desenvolvimento integral da criança. Destarte, este estudo busca preencher lacunas existentes na literatura e na prática, promovendo uma reflexão aprofundada sobre os desafios e as potencialidades da BNCC na Educação Infantil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, que "define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica", de forma a assegurar a todos esses alunos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p.7).

De acordo com o primeiro inciso do artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular está voltada exclusivamente para a educação escolar. Ela se orienta pelos princípios éticos, políticos e estéticos que são essenciais para a formação integral do ser humano e para a construção de uma sociedade baseada na justiça, na democracia e na cidadania. Segundo o artigo 9º, inciso IV, da LDB, é responsabilidade da União:

Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1988, *on-line*).

Para cumprir o que está previsto na LDB, a BNCC foi estabelecida como um documento obrigatório e guia para a elaboração dos currículos de todas as escolas do Brasil, sejam públicas ou privadas. Esse documento foi criado por uma equipe de diversos autores, através de um processo que contou com nove etapas, resultando na versão final da BNCC, que foi homologada em dezembro de 2017 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). A partir de 2018, todos os estados e municípios iniciaram a implementação das diretrizes propostas neste documento iniciando pela criação dos currículos, é importante mencionar que a BNCC não só norteia a elaboração dos currículos nas escolas públicas e privadas, mas também serve como diretriz para a formação de professores, desenvolvimento de materiais didáticos e as formas de avaliação (BRASIL, 2017, p.7).

Na Educação Infantil, a BNCC defende que o aprendizado e o desenvolvimento das crianças devem estar baseados em interações e brincadeiras. Ela garante que as crianças dessa faixa etária tenham direitos como conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer a si mesmas. Para que isso aconteça, a BNCC sugere cinco campos de experiências, que estabelecem os objetivos de aprendizado e desenvolvimento (BNCC, 2017).

É indispensável ressaltar que a BNCC será válida para instituições educacionais da esfera Municipal, Particular e Estadual de todo o país. A Base é mais uma parte do Currículo que irá nortear a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e as políticas públicas do país, não quer dizer que será a solução para todos os dilemas da educação. Salientando também que a Base Nacional não é um registro irremovível,

antagonicamente, deverá ser reformulado e reavaliado para que suas declarações não sejam fragmentadas. A avaliação e a reflexão regulares da efetivação deste documento é que definirão o bom funcionamento e o que será necessário ser atualizado (BRASIL, 2017).

De acordo com Peroni e Caetano (2015, p.341): “a BNCC pode ser vista como uma parte do currículo nacional em que se estabelece o conjunto de conhecimentos e habilidades que cada estudante brasileiro deve aprender nas diferentes etapas da educação básica”.

2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Até o século XX, a educação das crianças acontecia principalmente no ambiente familiar, com a mãe assumindo a responsabilidade de cuidar delas, enquanto os pais trabalhavam nas lavouras e engenhos para sustentar a família. Nesse contexto, a infância era considerada até os sete anos; após esse período, as crianças eram vistas como pequenos adultos e tratadas desta forma (Oliveira, 2002).

Apesar da responsabilidade familiar com o cuidado das crianças, o governo percebeu a necessidade de implementar um programa de assistência para as crianças em situação de pobreza, já que a taxa de mortalidade infantil era alta devido a problemas como desnutrição, falta de higiene, epidemias, má alimentação e abandono por parte das famílias. Assim, “no período precedente à proclamação da República, observam-se iniciativas isoladas de proteção a infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época” (OLIVEIRA, 2002, p.92).

Com a urbanização e a industrialização, essa realidade começou a mudar um pouco. A mão de obra masculina não era suficiente para atender à demanda nas lavouras, engenhos e fábricas, e por isso, as mulheres também passaram a trabalhar. A entrada das mulheres no mercado de trabalho fez com que muitas mães precisassem deixar seus filhos sob os cuidados de outras pessoas, o que resultou em vários casos de maus-tratos e até óbitos de crianças. Em resposta a essa situação, os proprietários das fábricas começaram a criar instituições, muitas delas dentro das próprias fábricas, para cuidar dos pequenos. Essas instituições passaram a ser conhecidas como creches e foram organizadas como uma espécie de serviço de saúde, onde as crianças eram submetidas a rotinas de triagem, cuidados com alimentação e higiene, contando ainda com a presença de profissionais de enfermagem (KUHLMANN, 1998).

Dessa forma, surgiram no Brasil os jardins de infância e as creches, sendo importante notar a diferença entre elas: “O jardim de infância, criado por Froebel, seria a instituição educativa, enquanto a creche e as escolas maternas, ou qualquer nome dado às instituições com características semelhantes às *Salles d’asile* francesas, seriam assistenciais e não educativas”.(OLIVEIRA, 2002, p.100). Geralmente, as famílias com melhor condição econômica enviavam seus filhos para o jardim de infância, enquanto as famílias em situação econômica mais difícil optavam pelas creches.

Paschoal e Machado (2009), destacam que o surgimento das creches e jardins de infância não tiveram como objetivo principal a educação, mas, atender uma demanda social do mercado laboral. Somente após muitas buscas, apareceram evoluções concernentes às funções educacionais da Educação Infantil.

É importante mencionar que as escolas infantis no Brasil sofreram, no decorrer dos tempos, diferentes mudanças em suas funções, as quais

passaram pelo assistencialismo, custódia e privação cultural, até a função educativa. [...] do ponto de vista histórico, houve um avanço significativo da legislação quanto esta reconheceu a criança como cidadã, como sujeito de direitos, inclusive o direito à educação de qualidade desde o nascimento. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.1).

Com a chegada da Constituição de 1988, o acesso à creche se tornou um direito da criança e uma responsabilidade do Estado. Esse direito não deveria ser apenas assistencialista, mas também educativo. A partir desse momento, a educação infantil ganhou mais relevância:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90), que baseado na “Doutrina da Proteção Integral”, buscou garantir e proteger direitos para criança e adolescentes previstos na CF/88, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que também reforçou e ampliou essa perspectiva, ao tratar a educação infantil como primeira etapa da educação básica e o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (GOMES, 2009, p.96).

A Constituição Federal, no artigo 208, incisos I e IV, garantem que é responsabilidade do Estado: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17anos, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”; IV - educação infantil em creche e pré-escola, às crianças até 05 anos (BRASIL, 1988, on-line). E ainda: “Paralelo a isso, a educação Infantil passou a compor a primeira etapa da LDB, sendo organizada em dois seguimentos, a saber: “I - em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”. (SILVA, 2003, p.100).

Destarte, passou a ser obrigatório que os pais matriculassem seus filhos na escola a partir dos 4 anos de idade, e o Estado deve garantir vagas nas escolas estaduais e municipais. O não cumprimento desta regra pode resultar em multas para ambos os lados. “Perante esta nova lei, se os pais não respeitarem e nem cumprirem com essa obrigatoriedade da nova legislação, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os mesmos podem vir a serem multados” (SILVA, TAVARES, 2016, p.7). Para as crianças que têm entre 6 meses e 3 anos, é garantido o direito de permanecer em creches, caso essa seja a escolha da família. A Base Nacional Comum Curricular também estabelece o que deve ser trabalhado na educação infantil, criando cinco campos de experiências considerados essenciais para o aprendizado e desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos.

O tempo foi passando e as transformações acontecendo no mundo, afetando a todos e consequentemente, a infância; sendo esta, uma concepção social, cultural e histórica suscetível às transformações, que têm mudado a maneira de conviver em todos os âmbitos e em todos os sentidos, inclusive relacionado à tecnologia que passou e tem passado por avanços inimagináveis, transmutando o comportamento dos indivíduos das diversas idades integralmente (MIRANDA, 2002).

Ressalta-se que razões econômicas, sociais e políticas ocorreram e prosseguem ocorrendo na sociedade alterando na forma de contemplar a infância, conduzindo ao conhecimento de muitos tipos de infância; considerando que, no interior da sociedade as crianças convivem em contextos distintos, existindo várias idealizações sobre infância em

espaços e tempos diversos (HEYWOOD, 2004).

2.3 CAMPOS DE EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rever o currículo para a Educação Infantil vai além da organização ou adequação das atividades propostas, é relevante a reflexão sobre as práticas presentes nas instituições educacionais e seus efeitos nas vivências das crianças que estão ali dentro desde muito cedo. Segundo Finco (2015, p.234): “ao refletir sobre uma educação específica para a infância, podemos nos questionar sobre quais são as necessidades nesta fase da vida”.

O principal desafio para a elaboração de um currículo novo conforme Finco (2015, p.239): “[...] parar de pensar em educar através de ensino de currículos prontos; está mais do claro que, antes tudo deve-se privilegiar a autoaprendizagem das crianças e construir com elas currículos e os campos de experiências”.

As observações denotam que há exigência de reconsiderar a configuração do currículo na pré-escola e nas creches, visando que, além das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, no ano de 2016 foi exposta a Base Comum Curricular Nacional que em relação a Educação Infantil, reestruturou as áreas de conhecimento tradicionais (Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Humanas) se organizando por intermédio dos campos de experiências com abordagem interdisciplinar. Com o propósito de fazer com que as crianças sejam capacitadas a conceder realmente um sentido prático aos saberes ministrados a elas (BRASIL, 2017).

Embasado nos princípios referidos na DCNEI (Parecer CNE/CEB nº 20/09) os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento certificam na Educação Infantil, circunstâncias para que as crianças adquiram conhecimentos em situações em que sejam capazes de desempenhar funções em âmbitos estimulantes e desafiadores nos quais possam edificar conceitos sobre si, os outros e o mundo social natural. São eles: conviver democraticamente com outras crianças e adultos; brincar cotidianamente de várias formas, em espaços distintos; participar dinamicamente com adultos e demais crianças nas práticas; explorar movimentos, palavras, emoções, histórias, entre outros; expressar como indivíduo criativo e sensível, com linguagens distintas e finalmente conhecer-se e edificar sua identidade social, cultural e pessoal (BRASIL, 2017, p.62).

É relevante conhecer as propostas dos campos para formar a organização dos espaços e materiais, o planejamento das atividades pedagógicas, a metodologia curricular da Educação Infantil, e interpretar a atribuição do educador. Conforme o que foi referido no Parecer CNE nº 20/2009, a Educação Infantil poderá estruturar-se “em eixos, centros, campos ou módulos de experiência que devem se articular em torno dos princípios, condições e objetivos propostos nesta diretriz” (BRASIL, 2009, p.63).

A BNCC conduz conceitos arrojados, que dispõe a criança no núcleo da aprendizagem. Ela estabelece seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, realizados através de cinco campos de experiências que são definidos por: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Traços, sons, cores e imagens; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Através deste contexto é vislumbrado o currículo para Educação Infantil voltado para crianças de zero a cinco anos (BRASIL, 2017).

Um dos trechos de maior importância da BNCC aborda sobre os campos da experiência, cinco itens que incitam a reflexão dos educadores sobre quais são as experiências indispensáveis para que os educandos se desenvolvam e aprendam de

forma integral. Cada um dos campos propicia às crianças a possibilidade de vivenciar com sujeitos, situações distintas e objeto, sendo um sentido único para cada experiência. Compete ao educador, gerar circunstâncias que oportunizem a análise e o conhecimento do desenvolvimento dos educandos, dando prosseguimento ao trabalho pedagógico (BRASIL, 2017).

Assim sendo, os campos de experiência têm o convívio das crianças e as brincadeiras como o ponto central do processo de aprendizagem, em que aparecem desde as investigações, ações, significações e observações das crianças. Destarte, as experiências quando oferecidas de forma interdisciplinar abrangem com facilidade os campos de experiência. De forma lúdica, as perspectivas concernentes ao campo O eu, o outro e o nós, autoconhecimento e coletividade, podem ser incutidos de forma natural (BRASIL, 2017).

Todavia, os fundamentos de aprendizagem são ordenados tendo em vista “três subgrupos etários: bebês (0 -1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). ” (BRASIL, 2017, p. 66).

No entanto, estas faixas etárias, não são de todo inflexíveis, é necessário levar em conta as possibilidades que são variáveis para cada indivíduo, sobretudo no Brasil, devendo ser vistos como apoio para que as escolas venham a adequá-los conforme sua cultura e necessidade almejando assim a aprendizagem dos alunos. Para cada faixa etária é necessária uma abordagem distinta, visto que os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem também alteram. Segue abaixo a última categoria da Educação Infantil disposta na BNCC (BRASIL, 2017):

- Aumentar as relações interpessoais, desenvolvendo condutas de participação e cooperação;
- Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes necessidades, sentimentos e formas de agir e pensar;
- Atuar de maneira independente, confiante em suas habilidades, reconhecendo suas limitações e conquistas;
- Difundir seus sentimentos e ideias com desenvoltura à pessoas e grupos variados;
- Utilizar hábitos de autocuidado, considerando atitudes em relação à higiene, conforto, alimentação e cuidados com a aparência;
- Assimilar a necessidade das normas da convivência social, jogos e brincadeiras com as demais crianças;
- Manifestar objeção a qualquer forma de discriminação;
- Utilizar procedimentos listados no respeito mútuo para enfrentar antagonismos nas interações com o outro.

O estímulo da verbalização dos sentimentos e o ponto de vista de determinado fato da vida da criança através do compartilhamento auxilia na interação. As tarefas em grupo e atividades esportivas também são muito úteis, uma vez que trabalha a cooperação, coletividade, assimilação e seguimento de regras (BRASIL, 2017).

2.3.1. O Eu, O Outro e O Nós

O primeiro campo de experiência referido na BNCC aborda sobre a construção da

identidade, este campo indica que é a partir da relação entre as crianças com os adultos, elas estabelecem seu modo de pensar, ser e agir.

[...] as crianças aprendem a distinguir e a expressar sensações, percepções, emoções e pensamentos, o que lhes possibilita, posteriormente, considerem o ponto de vista do outro, se oporem ou concordarem com seus pares, entendendo os sentimentos, os motivos as ideias e o cotidiano dos parceiros (BRASIL, 2017, p.67).

Neste campo busca-se desenvolver a consciência cidadã, estimulando a formação de vínculos sociais embasados no respeito. Tem como objetivo facilitar a percepção do mundo ao redor em sujeitos decididos a explorar o espaço social; visto que são providas noções sobre modelos de vida distintos ao que a criança está adaptada, reduz a tendência ao preconceito e ao padrão básico tornando a convivência mais harmoniosa e receptiva. A partir do momento em que a criança se insere nesse contexto, respaldado no autocuidado e no respeito, sua autoestima vai aperfeiçoando e particularidades que serão relevantes na idade adulta iniciam a se desenvolver (BRASIL, 2017).

2.3.2. Corpo, Gestos e Movimentos

O segundo campo de experiência é o corpo, gestos e movimentos, destaca que o corpo mostra muito sobre a criança, como sua cultura, maneira de agir, classe social e a conexão com a sexualidade; assim como tudo o que constitui o corpo como os gestos, sentidos, movimentos espontâneos ou coordenados, intencionais ou impulsivos. Por conseguinte, “com o corpo as crianças, desde bebês, exploram o mundo, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural” (BRASIL, 2017, p.70).

Este campo coloca o corpo como ponto central através das diversas linguagens, como música, teatro, a dança, brincadeiras e até carinhos. As crianças investigam por meio do corpo o ambiente ao seu redor, passando a perceber que o outro também pertence a esse mundo que elas estão descobrindo. Elas reconhecem seus limites e potenciais, e, desenvolvem a consciência em relação ao que oferece perigo ou não ao seu corpo (BRASIL, 2017).

2.3.3. Traços, Sons, Cores e Formas

Neste campo a criança dá início à sua identidade social e pessoal por meio das interações com o meio e com as pessoas.

Desenvolver a sensibilidade, a criatividade, a expressão pessoal, apropriando-se e reconfigurando, permanentemente, a cultura e potencializando as suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar a experiência e as vivências artísticas (BRASIL, 2017, p.76).

Através desse campo de experiência é provável desenvolver as capacidades lógicas-matemáticas, as construções relacionadas ao espaço, assim como as relações ocorridas na exploração do meio em que está inserido; fruir e conviver das manifestações

culturais e artísticas de sua comunidade; explorar de diversas viabilidades de combinações e utilidades de substâncias, objetos, materiais e recursos tecnológicos para conceber e recriar artes visuais, danças; conhecer-se, identificando-se concernente à sua crença religiosa, sua etnia racial, estimulando sua criatividade e sensibilidade (BRASIL, 2017).

Este campo também proporciona às crianças o experimento de várias formas de linguagens e expressões, assim como o teatro, música, mímica, danças, desenhos, artes visuais (colagem, fotografia, pintura, modelagem, entre outros); vivências auxiliares para que, desde cedo as crianças aprimorem o senso crítico e estético, o conhecimento de si mesmas, dos demais e do mundo ao redor (BRASIL, 2017).

2.3.4. Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação

Este campo de experiência considera a comunicação como potencializadora do desenvolvimento infantil; visto que sua primeira comunicação é através do choro, seguida pelos olhos e o corpo, chegando finalmente na fala.

A gestualidade, o movimento realizado nas brincadeiras ou nos jogos corporais, a apropriação da linguagem oral ou em libras, a expressão gráfica, musical, plástica, dramática, escrita, entre outras, potencializam a organização do pensamento, tanto na capacidade criativa, expressiva e comunicativa, quanto na sua participação na cultura (BRASIL, 2017, p.73).

Conforme Brasil (2017), a partir das experiências a criança vai se colocar como pessoa ativa, com deveres e direitos. Neste contexto é necessário destacar as significações e construções dela, considerando seus conhecimentos anteriores. As aprendizagens deste campo são: brincar textos de memória, adivinhas, rodas, trava-língua, jogos e brincadeiras cantadas; conviver com adultos e crianças, compartilhando circunstâncias comunicáveis cotidianas; explorar e expressar sentimentos, expressões, gestos, ideias, percepções, desejos, imagens, textos escritos, sons da língua, rimas, necessidades, informações, entre outros; participar de relatos de experiências, contação de histórias e leituras, roda de conversas, entre outros; a partir de uma adequação responsável da linguagem, corroborando suas predileções por histórias, brincadeiras, lugares, pessoas.

2.3.5. Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações

O último campo de experiência traz as distintas expressões e representações do mundo interno e externo; propõe a exploração e interação de objetos, pessoas e o mundo exterior como uma maneira de enriquecer o repertório de saberes das crianças. A estimulação das crianças à pesquisas, descobertas e investigações, leva ao questionamento, soluções de problemas e formulações de hipóteses conforme seus conhecimentos e sua intuição (BRASIL, 2017).

De acordo com Brasil (2017), para este campo de experiência a BNCC conduz direitos de aprendizagens: conviver com adultos e crianças gerando procedimentos para perscrutar o mundo natural e social; brincar com objetos e materiais relacionados a distintas cenas ou papéis sociais e, com componentes da natureza que apresentam

diferentes texturas, cheiros, formas, densidades, pesos, cores e tamanhos, podendo experimentar demais expectativas de transformação; interagir com práticas que deem a oportunidade de verificar contextos diferentes, observando as peculiaridades do ambiente e das histórias locais, usando instrumentos de registro e conhecimentos; expressar suas hipóteses, explicações e observações sobre organismos vivos, fenômenos da natureza, características do ambiente, objetos; identificar e explorar as qualidades do mundo social e natural, nomeando-as, ordenando-as, reagrupando-as de acordo com os critérios; conhecer-se e desenvolver sua identidade cultural e pessoal, reconhecendo seus interesses próprios relacionados ao mundo social e físico.

O propósito aqui é ajudar o professor a planejar suas atividades de forma mais eficaz. É importante que o que acontece em sala de aula esteja alinhado com as necessidades e interesses das crianças, pois só assim o aprendizado terá um verdadeiro significado educativo. Portanto, deve-se evitar atividades mecânicas que não permitam que os alunos se expressem de maneira única e pessoal. Em vez disso, é fundamental adotar práticas sociais que sejam significativas e integradas, ligadas ao cotidiano das crianças e que explorem o aspecto lúdico do aprendizado (BRASIL, 2017).

No quadro facilitador da Figura 1, os campos de experiências podem ser melhor visualizados:

Figura 1 – Quadro facilitador dos campos de experiências

QUADRO FACILITADOR – Pauta do Olhar: CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS



CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	Do que se trata? O que as crianças nos contam? O que observar?			
O EU, O OUTRO, O NÓS	Percepção do próprio corpo, limites, habilidades e singularidades.	Expressão de sentimentos, desejos e necessidades. Percepção do efeito das próprias ações. Ações de empatia.	Pesquisa, curiosidade, autonomia no brincar e nos cuidados de si e do outro. Colaboração e compartilhamento.	Relação: interação (adultos e crianças). Brincadeiras individuais, lado a lado e em grupo.
CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	Autonomia e segurança para buscar objetos, pessoas, se deslocar e brincar	O corpo que brinca, enfrenta desafios e busca controle, posicionamento espacial, deslocamentos, adequação de gestos e movimentos.	O corpo como comunicador: gestos e movimentos expressivos.	Cuidado com o próprio corpo, higiene, alimentação e bem estar.
ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	Expressão oral e diálogo: balbucios, fala e brincadeiras com a oralidade.	Narração de acontecimentos, criação de enredos, recontos.	Compreensão da fala do adulto/outras crianças e diferenciação da intenção do discurso	Elaboração e expressão de hipóteses e explicações.
TRAÇOS, SONS, FORMAS E IMAGENS	Brincadeira e pesquisa de sons, ritmos, músicas, gestos, movimentos e dança.	Pesquisa e experimentação de marcas gráficas com diferentes riscadores e suportes: texturas, planos, cores, formas e volumes.	Exploração da transformação de materiais (tintas, massas, argila), bi e tridimensionalidade. Exploração de materiais de largo alcance ("não estruturados").	Faz de conta, fantasia e imaginação, encenação, manifestações culturais, e artísticas.
ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES E TRANSFORMAÇÕES	Exploração das características dos objetos e materiais: odor, sabor, sonoridade, forma, peso, tamanho, posição, plasticidade etc.	Vivência e pesquisa de transformação de materiais, fenômenos naturais (clima, tempo, relevo) físicos e químicos. Elaboração de hipóteses (a partir de 24 meses).	Estratégias para realizar classificação, ordenação, transferência, medição, quantificação.	Relação e experiências com a Natureza, ciclos de vida, diversidade de espécies, relações entre seres vivos, ambiente, água, ar terra e fogo (luz, sol, energia).

Fonte: Rosset, [s.d].

Destaca-se que a BNCC, como o próprio nome indica não é um currículo, é uma base, assim como os campos não são disciplinas. Portanto, não se trata de um documento que norteia diretamente as práticas didáticas e pedagógicas. Desta forma, os propósitos da Base Nacional Comum Curricular não devem ser vistos como uma lista a

ser conferida diariamente nas escolas. Com os eixos de interação, brincadeiras e os Campos de Experiência, são criadas estruturas que permitem a prática escolar, sempre respeitando os direitos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Assim, o planejamento das aulas fica a cargo do professor, que pode usar a base para esclarecer quais aprendizagens precisam ser desenvolvidas em cada fase (BRASIL, 2017).

É fundamental referenciar que, o trabalho pedagógico fundamentado nos Campos de Experiência deve ser realizado ao longo de todo o período no qual a criança frequenta a Educação Infantil, seja na creche ou na pré-escola. O educador atuando como mediador precisa ter consciência de que as diversas ocasiões da rotina devem ser abordados com um propósito pedagógico, levando em conta os conhecimentos e saberes que são essenciais para cada ocasião (LIMA, 2020).

A BNCC reforça a relevância da intencionalidade educativa que orienta o trabalho pedagógico na Educação Infantil, significando que é essencial refletir sobre as intenções do professor e como estas se concretizam na prática planejada. Esta intencionalidade é baseada nos princípios próprios deste ciclo do ensino e, acima de tudo, na compreensão de que a criança é parte ativa em sua própria educação. Como menciona o documento da Base Nacional Comum Curricular (2017):

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (BRASIL, 2017, p.36).

Na prática, a intencionalidade pedagógica se manifesta por meio da escuta atenta dos alunos e do conhecimento aprofundado do documento curricular. Dessa forma, o educador pode proporcionar aprendizagens mais significativas, colocando as crianças no centro do processo educativo. As atividades não devem ser restritas a aulas específicas, nem ocorrer em horários fixos. O ideal é que elas garantam que todas as crianças tenham seus direitos de aprendizagem respeitados, utilizando diferentes formas de expressão. Os Campos de Experiências abrangem diversos saberes e conhecimentos que, muitas vezes, se interligam. É significativo trabalhar distintos aspectos dos conteúdos, sem valorizar um campo em detrimento do outro. A colaboração entre os vários saberes deve ser promovida através de um bom planejamento das aulas, o que ajuda no desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos alunos e no sucesso do processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2017).

Conforme Lima (2020), ao organizar e adaptar os ambientes, escolhendo e diversificando materiais e recursos, o professor permite que as crianças façam suas próprias escolhas sobre o que desejam explorar. Assim, elas podem manipular objetos, investigar e descobrir o que mais lhes interessa, tudo isso em um ambiente de brincadeiras. Ao preparar o ambiente de forma intencional, criando experiências concretas no dia a dia, o professor atua como um mediador entre as crianças e os conhecimentos que devem adquirir, ajudando a promover aprendizagens significativas.

O grande desafio do professor é acolher e conectar as experiências das crianças com suas próprias vivências como profissional da Educação Infantil. Isto deve ser feito em um projeto educativo coletivo que valorize e enriqueça as aprendizagens do grupo. Destarte, a BNCC reforça ainda mais o movimento que já está acontecendo na Educação

Infantil, focando em oferecer uma vasta variedade de experiências de aprendizado para os bebês e crianças, superando abordagens pedagógicas tradicionais que não permitem a diversidade das experiências humanas (LIMA, 2020).

3 METODOLOGIA

Este estudo foi elaborado por meio de pesquisas bibliográficas da literatura de obras disponíveis em livros que fizessem referências à temática proposta, e em artigos eletrônicos ordenados nas bases de informações: Google Scholar, CAPES e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Utilizaram-se as questões norteadoras: como devem ser desenvolvidas as práticas da educação infantil tendo por base os campos de experiência? Quais as competências para cada idade? Como os objetivos propostos pela BNCC devem ser trabalhados em sala de aula?

A pesquisa teve caráter bibliográfico qualitativo; a seleção dos artigos ocorreu a contar da aplicação de termos específicos como: BNCC, Campos de Experiência e Educação Infantil.

Diante à variedade de trabalhos localizados, efetuaram-se alguns critérios de exclusão como: artigos que não abordavam o tema escolhido; artigos de permissão limitada aos assinantes; artigos com acesso limitado. Os critérios adotados para inclusão foram: estudos selecionados da literatura na linguagem de português e inglês, publicados nos últimos dez anos; estudos de revisão/intervenção/original/experimental; artigos que abordavam o tema escolhido.

O processo de seleção dos artigos foi realizado em várias fases: inicialmente, foi feita uma busca nas bases de dados escolhidas; em seguida, foram lidos os títulos de todos os artigos identificados, eliminando aqueles que não tratavam do tema em questão. Por fim, foi realizada uma análise crítica dos resumos e a leitura completa dos artigos que passaram pelas etapas anteriores para responder às questões norteadoras e concluir a redação do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos Campos de Experiência na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil evidencia a importância de uma abordagem adaptada e centrada no desenvolvimento integral da criança. A BNCC, ao estabelecer cinco campos que contemplam as diversas dimensões do aprendizado, a partir do autoconhecimento às relações sociais, da expressão corporal à imaginação e à exploração do mundo, propõe um currículo que valoriza a criança enquanto sujeito ativo e protagonista de seu processo educativo.

Além disso, a revisão histórica da Educação Infantil no Brasil demonstra que as mudanças legais e sociais foram fundamentais para consolidar o direito à educação desde os primeiros anos de vida, ampliando a função educativa além do assistencialismo e da custódia. A BNCC, portanto, não apenas organiza conteúdos e habilidades a serem trabalhados, mas também orienta práticas pedagógicas que incentivam o brincar, a convivência, a exploração e a expressão, respeitando as especificidades das diferentes faixas etárias e contextos culturais.

Por fim, reforça-se que a implementação eficaz destes campos de experiência

depende do compromisso dos educadores em criar ambientes estimulantes e acolhedores, capazes de promover o desenvolvimento global das crianças. Assim, a BNCC representa um avanço significativo para a Educação Infantil, ao oferecer diretrizes claras e contemporâneas para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e formadora de cidadãos conscientes e capazes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998. Senado Federal, 1998.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 14. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

_____. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Resolução CNE/SEB 5/2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 4 mar. 2025.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 4 mar. 2025.

FINCO, Daniela (Org.). **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015. 276p.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de Professores na Educação Infantil**. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998. 210p.

LIMA, Meire Cardoso. **Base nacional comum curricular (BNCC) para a educação infantil**: estudo e implementação em uma creche do município de São Bernardo do Campo. 2020. Disponível em: <http://www.bibliotecatede.uninove.br/bncc>. Acesso em: 15

mar. 2025.

MIRANDA, A. L. **Da natureza da tecnologia: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna**. 2002. 161f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000138&pid=S15167313200900030001400018&lng=en> Acesso em: 10 mar. 2025.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo. SP: Cortez, 2002.

PERONI, Vera M. Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação: projetos em disputa? **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, p. 337-352, 2015. Semestral. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

ROSSET, Joyce Menasce. **Leitura crítica BNCC Educação Infantil**, [s.d.]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatoriosanaliticos/Parecer_2_Infantil_Joyce_Menasce_Rosset.pdf. Acesso em: 4 mar.2025.

SILVA, Eurides Brito da. **A educação Básica Pós-LDB**. São Paulo. Pioneira: Thomson Learning, 2003.

SILVA, Dulcilene Rodrigues da; TAVARES, Daniel Moreira. **Educação Infantil: avanços e desafios, onde os discursos e a prática se encontram**. Revista Estação Científica – Juiz de Fora, n. 15, janeiro – junho / 2016. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/6079/4-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.